



«AS GREVES, O GOVERNO E OS PARADOXOS»

Luís Gonçalves Rodrigues

O país vive uma onda de greves sem precedentes nos últimos anos. Temos greves para todos os gostos e feitios! Desde a greve do sector judicial (magistrados, funcionários judiciais, guardas prisionais) até à greve dos professores, dos estivadores e dos enfermeiros, passando pela demissão de várias chefias hospitalares, praticamente não há um dia em que não seja anunciada mais uma paralisação ou uma manifestação de desagrado. E o que é que estas greves têm em comum? Um descontentamento generalizado. Embora aqui não devamos cair na simples tentação de tratar de modo igual aquilo que é diferente. Se é verdade que o direito à greve é um direito inalienável também não é menos verdade que tem que haver um mínimo de bom senso para que uma greve, por mais justa que seja, não ultrapasse os limites do razoável e do aceitável. O caso da greve dos enfermeiros é um bom exemplo. Apesar da razão que lhes assiste, ainda assim, correm o sério risco de serem mal entendidos pelos portugueses, sobretudo se, e quando, a sua conduta, por acção ou omissão, possa pôr em causa vidas humanas. É certo que tudo isto se deve a uma manifesta incapacidade do poder político para dialogar e encontrar soluções para um problema que urge resolver. E com certeza que a melhor maneira de o fazer não é através de expressões inflamadas por parte da tutela apelidando os enfermeiros de “criminosos”!

Presentemente assistimos a uma tentativa do Governo para passar incólume, como se o descontentamento social de hoje fosse ainda culpa do famigerado diabo. Mas não é! Não basta apregoar que o país está melhor e que a austeridade acabou! Assim como não adianta dizer que vamos ter um “deficit zero” ou perto disso (não obstante ser essencial ter as contas publicas equilibradas) ou, ainda, que a boa situação da economia permite antecipar o pagamento da dívida ao FMI. O país real pode não estar tão mal como alguns dizem, mas também não está tão bem como o Governo propagandeia e quer fazer crer. A comprová-lo está a perda do nosso poder de compra face à média europeia, fruto de um ritmo de crescimento económico insuficiente. O PIB *per capita* recuou para 76,6% da média da União Europeia, o que compara com 77,2% em 2016 e com 82,1% antes da crise da dívida. Aliás, este indicador a partir de 2013 iniciou uma trajectória de recuperação interrompida em 2017, ocupando Portugal a 16ª posição entre os estados membros da Zona Euro, apenas à frente da Eslováquia, Grécia e Letónia, de acordo com o relatório do INE. A par disto assistimos quotidianamente a um crescendo na contestação social que nem durante o período da Troika atingiu os actuais níveis. E, seguramente, que não é só pela necessidade dos partidos mais contestatários fazerem a sua prova de vida. O problema principal está nas expectativas criadas. Dava até a ideia que era possível o tudo para todos. Mas não é! Mais uma vez prometeu-se muito e cumpriu-se pouco! O país real, esse continua anestesiado a assistir a uma degradação dos serviços públicos, como não há memória. O que faz com que cada vez mais portugueses desesperem por uma intervenção cirúrgica ou por uma consulta da especialidade; assistam à falta de barcos para fazer as ligações entre Lisboa/Barreiro ou, simplesmente, vejam a degradação dos nossos comboios, como o comprova os poucos que ainda circulam na linha do Oeste.

Perante tamanho descontentamento o normal seria que o Governo tivesse dificuldades em aprovar o seu orçamento. Mas não teve! A “geringonça” funcionou na perfeição e votou aquilo que agora contesta e reclama! Até parece que o Bloco e a CDU, que agora juntam a sua voz ao protesto e às greves, não são os mesmos que aprovaram o orçamento do PS para 2019?! E não será que são os mesmos que aceitaram



as cativações e a conseqüente degradação dos serviços públicos?! É precisamente sobre esta governação, repleta de contradições e de paradoxos, que os portugueses vão ser chamados a pronunciar-se daqui a alguns meses. A oposição tem aqui uma janela de oportunidade, mas para isso precisa de ser assertiva e credível. Enfim, precisa de convencer os portugueses que tem condições para ser uma verdadeira alternativa. Até lá muita água vai passar por baixo da ponte mas, uma coisa é certa, cabe a todos e a cada um de nós o veredicto final!

Luís Gonçalves Rodrigues

Advogado consultor na Macedo Vitorino & Associados

Lisboa, 18 de dezembro de 2018

Nota: o autor escreve sem as regras do novo acordo ortográfico.